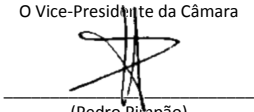




**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

# **CONCURSO PÚBLICO**

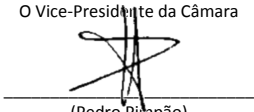
## **Contratação da locação de monoblocos para a EB 2/3 D. Dinis, em Quarteira**

**Caderno de encargos**



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

## **PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS**

### **Artigo 1º**

#### **Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **contratação da locação de monoblocos para EB 2/3 D. Dinis, em Quarteira**, conforme descrito na Parte II do presente caderno de encargos.

### **Artigo 2º**


#### **Contrato**

- 1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos e seus anexos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo concessionário.
- 3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo concessionário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

**Artigo 3º**

**Prazo vigência do contrato**

O prazo de locação é de 28 (vinte e oito) meses, com início a 01 de setembro de 2018, devendo a montagem estar concluída a 31 de agosto de 2018.

**Artigo 4º**

**Obrigações principais do adjudicatário**

1- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de cumprimento do estipulado no presente caderno de encargos.
- b) Os encargos decorrentes do transporte (entrega e restituição), montagem, desmontagem, execução de bases de assentamento, seguros, execução de infraestruturas necessárias ao funcionamento das instalações.
- c) Os encargos decorrentes da reparação / manutenção de deterioração / danos do equipamento salvo se os mesmos forem imputáveis à Entidade Adjudicante, utilizadores ou outros.

2- A título acessório, o adjudicatário, fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

**Artigo 5º**

**Controlo e fiscalização da locação**

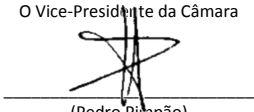
1- Compete ao Município de Loulé o controlo e fiscalização dos trabalhos com vista a verificar se se encontram reunidas as condições e requisitos técnicos, devendo o adjudicatário designar um técnico responsável pelo acompanhamento dos trabalhos de montagem e de desmontagem das estruturas.

2- Durante o decorrer dos trabalhos de montagem e desmontagem, bem como o período em que as estruturas estão montadas deverão ser cumpridas todas as normas de segurança legalmente exigidas.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

3- O Município de Loulé poderá fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis, bem como, das cláusulas do contrato de locação, podendo, para tal, exigir as informações e os documentos que considerar necessários.

**Artigo 6º**

**Inoperacionalidade, defeitos e discrepâncias**

1 - No caso da fiscalização não comprovar a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias relativamente às características, especificações e requisitos técnicos exigidos, o Município de Loulé informará o adjudicatário.

2- No caso previsto no número anterior o adjudicatário procederá à sua custa e em prazo razoável, determinado pelo município de Loulé, às reparações ou substituições necessários para garantir a operacionalidade dos bens e cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos exigidos pelo caderno de encargos.

3- Após a realização das reparações ou substituições necessárias o Município de Loulé procederá à realização de nova fiscalização.

**Artigo 7º**

**Sigilo**

O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da entidade adjudicante.

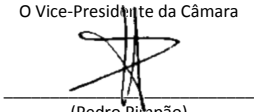
**Artigo 8º**

**Preço contratual**

1- Pela locação objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao adjudicatário de acordo com os preços unitários constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Vice-Presidente da Câmara  
  
(Pedro Pimpão)

2- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

**Artigo 9º**

**Condições de pagamento**

1- As quantias devidas por cada serviço pela Entidade Adjudicante deve(m) ser paga(s) no prazo máximo de 60 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2- Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com o termo do serviço requisitado e desde que este tenha ocorrido em conformidade com o caderno de encargos.

3- Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

**Artigo 10º**

**Sanções contratuais**

1- Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

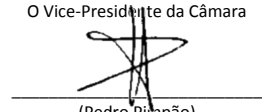
a) No caso de ocorrer atraso relativamente aos prazos estabelecidos no artigo 3.º será aplicada uma pena pecuniária calculada sobre o tempo de atraso que corresponderá a 2% (dois por cento) do valor global do contrato por cada dia útil de atraso, até ao limite de 20% do preço contratual.

2- O valor das penalidades pecuniárias a aplicar é creditado a favor da Autarquia ou deduzido ao preço a pagar pelo serviço.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

**Artigo 11º**

**Força maior**

1- Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3- Não constituem força maior, designadamente:

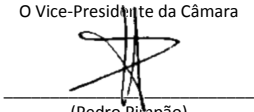
- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Vice-Presidente da Câmara  
  
(Pedro Pimpão)

**Artigo 12º**

**Resolução por parte do contraente público**

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) quando se verifique um atraso superior a 20 dias relativamente ao prazo definido no artigo 3.º do caderno de encargos.
- b) Quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo adjudicatário.

2- O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

**Artigo 13º**

**Resolução por parte do adjudicatário**

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando:

- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

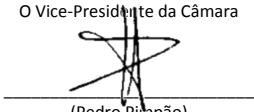
2- Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo.

3- A resolução do contrato nos termos do número anterior não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

**Artigo 14º**

**Seguros**

1- O adjudicatário será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos, causados à entidade adjudicante e a terceiros, que resultem das atividades exercidas no âmbito do contrato.

2- O adjudicatário fica obrigado a dispor de apólices de seguro válidas, contra acidentes de trabalho, relativamente a todo o pessoal que presta serviço e a terceiros, responsabilidade civil, contra danos provocados à entidade adjudicante ou a terceiros, que deverá apresentar à Entidade Adjudicante antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o seja solicitado.

**Artigo 15º**

**Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

**Artigo 16º**

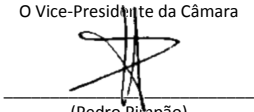
**Comunicações e notificações**

1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.



O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

---

**Artigo 17º**

**Preços base**

O preço base do procedimento é de **€ 220.000,00** (duzentos e vinte mil euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor e corresponde ao preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

**Artigo 18º**

**Foro Competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro dos tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

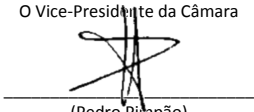
**Artigo 19º**

**Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Vice-Presidente da Câmara  
  
(Pedro Pimpão)

## PARTE II- CLÁUSULAS TÉCNICAS

### 1. DESCRIÇÃO

As estruturas modulares devem ser instaladas no perímetro definido pelo parque de estacionamento da EB 2/3 D. Dinis, em Quarteira (conforme Anexo A).

O edificado deverá ser constituído por, **1 biblioteca** com área nunca inferior a 60m<sup>2</sup>, **1 secretaria com zona de arquivo** com área nunca inferior a 60m<sup>2</sup>, **1 sala de Professores** com área nunca inferior a 30 m<sup>2</sup>, **1 sala de Direção** com área nunca inferior a 30 m<sup>2</sup> (com divisória de ¼ para o Diretor e ¾ para a restante Direção), **1 sala para SPO e GID** com área nunca inferior a 15m<sup>2</sup> (dividida ao meio), **1 cozinha com zona de copa**, **1 refeitório com capacidade para 150 pessoas**, **1 buffet** com uma área total nunca inferior a 213m<sup>2</sup> e **1wc misto para adultos com instalação diferenciada para deficientes** com área nunca inferior a 30m<sup>2</sup>.

Os painéis sandwich devem ter uma espessura nunca inferior a 0,55mm.

À exceção do wc, todas as estruturas deverão vir equipadas com aparelhos de ar condicionado devidamente dimensionados para as áreas a abranger.

Todas as janelas deverão ter uma parte fixa e outra oscilo batente com caixilharia em PVC, vidro duplo laminado e persianas.

As portas exteriores deverão vir equipadas com fechadura de segurança.

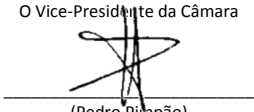
As caleiras deverão estar protegidas com sistema anti entupimento de modo a evitar que chova dentro das estruturas.

As estruturas deverão corresponder a todos os padrões de segurança exigidos.

A montagem da estrutura, ligações elétricas, esgotos e água serão da responsabilidade da empresa adjudicatária.

Todos os acessos deverão estar equipados com rampas de forma a permitir uma boa acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada.

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

Os módulos deverão estar em conformidade com as exigências funcionais e regulamentares para o espaço a que se destina.

As estruturas modulares deverão ser formadas por um conjunto de elementos em aço, respeitando a norma NFA 35501, ou equivalente, soldados ou aparafusados. Toda a estrutura deverá receber um tratamento anti ferrugem e lacagem como acabamento.

As áreas dos diferentes espaços, nunca poderão ser inferiores às apresentadas acima, sob pena de exclusão da proposta.

Devem ser contempladas compensações de desníveis entre passeios e estacionamento automóvel, devendo ser utilizado sistema de nivelamento que garanta o correto suporte de estabilidade das instalações.

As estruturas modulares deverão garantir total resistência e imunidade às condições climáticas a que as mesmas estarão sujeitas.

Na desmontagem de todas as estruturas deverá ser reposicionado todo e qualquer pavimento que tenha sido alvo de alteração aquando da montagem.